



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14197 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

REFORMA DO ENSINO MÉDIO EM QUESTÃO: A JUVENTUDE DO ENSINO MÉDIO REGULAR NOTURNO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Juliana de Moraes Prata - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

REFORMA DO ENSINO MÉDIO EM QUESTÃO: A JUVENTUDE DO ENSINO MÉDIO REGULAR NOTURNO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Resumo:

A Reforma do Ensino Médio (lei nº 13.415/2017) alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo e definindo uma nova organização curricular. Na lei sequer é mencionado o Ensino Médio regular noturno e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse trabalho objetiva discutir a Reforma com dois pontos principais: 1- o ensino médio é uma linha divisória e 2- devido a expansão do ensino médio ser recente, os recém-chegados à modalidade, os estudantes do regular noturno e da EJA, são os que evadirão primeiro e por questões estruturais. Para trabalhar com os fundamentos teóricos, nos apoiaremos em Ferreti e Silva (2017), Frigotto e Motta (2017), Leão (2018) e Corti (2019) sobre a reforma. Como metodologia trabalharemos com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e do Censo Escolar 2019. Os resultados mostram que o ensino médio é fundamental para melhores oportunidades e que a EJA e o regular noturno devem fazer parte do debate da reforma como política educacional e social estruturante para a expansão da escola média no Brasil, especialmente porque quem sai da escola tem rosto: a mulher negra.

Palavras-chave: Reforma do ensino médio, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos.

Introdução:

A reforma do Ensino Médio no Brasil, aprovada pela Lei nº 13.415/17, tem gerado ampla discussão na literatura acadêmica e mais recentemente, após a posse do novo governo de Lula, no cenário social mais geral. Diversos autores, tais como Ferreti e Silva (2017), Frigotto e Motta (2017), Leão (2018), Silva (2018), Ferreti (2018) e Corti (2019), têm se debruçado sobre o assunto, apresentando diferentes enfoques e perspectivas analíticas. As análises acerca da reforma são permeadas por diversas abordagens, que se apresentam como expressão de disputas entre projetos educacionais, concepções de juventude e de promoção de uma concepção de qualidade na educação.

Este trabalho nasce como parte de minha pesquisa de doutorado, quando examino dados de jovens com foco nas suas vinculações de estudo e trabalho e como a classificação da variação das ocupações é produto direto da interseccionalidade como abordagem de verificação e cruzamento de dados de raça, classe, sexo e idade.

Ao me aprofundar na literatura, vi que esses sujeitos eram, de forma geral, os que por último haviam adentrado (ou retornado) à escola e que, a reforma do ensino médio sequer mencionaria sua operacionalização na EJA ensino médio e no ensino médio regular noturno. Sua determinação aumenta a carga substancial de 800 horas distribuídas em 200 dias letivos para 1.000 horas distribuídas em 180 dias letivos e no prazo de cinco anos para 1.400 horas/ano, perfazendo 7 horas de aula/dia. Na EJA e no regular noturno esse marco temporal não é possível ser cumprido e na letra da lei as modalidades não são mencionadas e nem as adaptações inerentes a natureza das modalidades. Para se ter um parâmetro, a carga da EJA contempla 1.200 horas para todo o ensino médio na modalidade (CNE, 2018).

2. Objetivos e Fundamentos Teóricos

Para desenvolver a argumentação sobre o ensino médio e a reforma do ensino médio, esse trabalho tem como objetivo geral: contribuir para o debate discutindo a Reforma com dois pontos principais de inflexão: 1- o ensino médio é uma linha divisória na vida dos jovens para a construção de uma carreira e acesso à universidade. Por ser a última etapa da educação básica, o ensino médio é uma porta de acesso a oportunidades educacionais e laborais; e 2- devido a expansão do ensino médio ser recente, os recém-chegados à modalidade, os estudantes da educação de jovens e adultos (EJA), são os que possivelmente evadirão primeiro.

E como objetivos específicos: a) analisar o caso dos jovens da PNAD 2019 (IBGE, 2020) e do Censo escolar (INEP, 2020) e b) argumentar que o apagamento das modalidades para estudantes que trabalham e estudam é um projeto de invisibilização e crise.

O ensino médio pode ser tomado como uma linha divisória no Brasil. Como, inclusive, uma nova modalidade de transição para a vida adulta no país. Se antes das políticas de expansão/democratização da escola básica a transição era predominantemente via trabalho, após esse período de fomento (final da década de 1990 e início dos anos 2000), a transição escola-trabalho (TET) para os jovens brasileiros passa a contemplar um tempo maior na escola para os jovens, especialmente os da classe popular. Se em Madeira (2006), o ensino médio é linha divisória pela extensão do tempo de juventude; em Guimarães (2005), é pela possibilidade de projeção de uma carreira laboral a partir desse patamar.

Dessa forma, os efeitos positivos das políticas de expansão do ensino médio não foram limitados apenas ao público jovem inicialmente visado. O resultado dessa ampliação foi amplamente social e se manifestou de diversas maneiras, incluindo, segundo Guimarães (2005):

1. Aumento do número de anos de escolaridade, com um maior acesso a oportunidades de emprego com salários mais altos;
2. Possibilidade de projeção de carreira, o que traz novas nuances para um mercado de trabalho marcado pela baixa remuneração e qualificação;
3. Acesso ao ensino superior, permitindo aos estudantes construir uma carreira especializada para além do nível técnico.

Anteriormente excluídos do sistema educacional, os estudantes que compõem as margens das redes de educação básica- que estão na EJA e no regular noturno- são justamente aqueles que, ao longo de sua trajetória escolar, especialmente nos mais velhos, conciliam estudos e trabalho, buscando superar a barreira do ensino médio e obter ferramentas para construir uma carreira profissional. Podemos dizer que o público da EJA ensino médio e do ensino médio regular noturno são os indivíduos engajados nos modos emergentes de transição para a vida adulta, que não se ancoram exclusivamente na escola e contam com redes familiares ou pessoais para ingressar em trabalhos pouco seguros, mal remunerados e sem perspectivas de crescimento profissional. Mais à frente no texto, veremos que, inclusive, quando interseccionamos os dados do perfil da população, esse grupo tem um rosto, e muito conhecido no histórico de exclusão social brasileiro.

Os estudos de Ferreti e Silva (2017), Frigotto e Motta (2017), Leão (2018), Silva (2018), Ferreti (2018) e Corti (2019), têm se dedicado a explorar a reforma do ensino médio, trazendo perspectivas analíticas que, se dividem em dois grandes grupos: 1- os marcos legais que influenciaram a aprovação da lei e 2- os impactos da reforma no currículo do Ensino Médio. Contudo, a proposta aqui delineada intenciona olhar para o perfil dos sujeitos da EJA e do noturno impactados por uma reforma que não teve como partícipes professores, gestores e comunidades escolares. Uma reforma que sequer mencionou essas modalidades tradicionais segundo a legislação até então em vigor.

Os dados do Censo escolar de 2016 revelam a exclusão de uma parcela significativa

da população nos debates e no texto da reforma: os estudantes do ensino médio noturno e aqueles matriculados na modalidade EJA (Brasil, 2016). Cerca de 30% dos alunos matriculados no ensino médio regular frequentam o turno noturno. Quando adicionamos a esses alunos aqueles matriculados na EJA/EM, chegamos a uma proporção que abrange 40% dos estudantes do ensino médio em 2016 (BRASIL, 2016) e quase 40% em 2019- agregando ambas as modalidades- (INEP, 2020).

Assim, a reforma do ensino médio exclui -por invisibilidade e silenciamento- precisamente os grupos socialmente vulneráveis; aqueles que, provavelmente, têm trajetórias escolares irregulares e descontínuas; aqueles que, somente após o ciclo das expansões escolares, conseguiram permanecer no sistema educacional, aqueles que buscam conciliar escola e trabalho; e aqueles que procuram migrar para os novos modos de transição escola-trabalho, que se configuraram com força crescente na atualidade.

Metodologia

Para operacionalizar a questão, discutiremos os dados da PNAD 2019 (IBGE, 2020) e do Censo Escolar 2019 (INEP, 2020), com destaque aos jovens que cursam o ensino médio na EJA e no regular noturno e, num segundo movimento, interseccionaremos os resultados com os dados de raça e sexo para saber mais detalhamentos sobre quem seria esse público que recentemente foi incorporado ao sistema educacional, mas que, por conta da reforma, será sumariamente expulso.

Escolhemos analisar primeiro os dados dos dois bancos: PNAD e Censo no mesmo ano de análise: 2019 e verificar se seria possível interseccionar os dados de raça e sexo com a intenção de construir um perfil, construir um rosto para quem a reforma desprezou e despreza em sua implementação forçada nos sistemas escolares.

Análise e discussão de resultados

Os principais resultados demonstram que uma parte importante dos jovens que cursa o ensino médio na modalidade EJA e regular noturno, cerca de 40% da totalidade do ensino médio. Logo, o texto da reforma estaria dirigido apenas para pouco mais da metade do ensino médio (60%), prioritariamente diurno e técnico profissionalizante. De acordo com os dados do Censo Escolar (INEP, 2020), o perfil do estudante da EJA e do Ensino Médio Noturno no Brasil por sexo e raça é: 1) Por sexo- EJA: Em 2019, as mulheres representavam 61,3% do total de matrículas na EJA, enquanto os homens representavam 38,7%. Ensino Médio Noturno: Em 2019, as mulheres representavam 57,9% do total de matrículas no Ensino Médio Noturno, enquanto os homens representavam 42,1%. 2) Por raça: EJA: Em 2019, 58,6% dos estudantes da EJA se autodeclararam pardos, 25,8% brancos, 11,5% pretos e 4,1% de outras raças. Ensino Médio Noturno: Em 2019, 51,6% dos estudantes do Ensino Médio Noturno se

autodeclararam pardos, 28,6% brancos, 15,1% pretos e 4,7% de outras raças.

Quando interseccionamos os dados com sexo e raça, vimos que o grupo dos estudantes das periferias do ensino médio – EJA e regular noturno- tem um rosto: mulher negra (preta ou parda) no conjunto de 15 a 29 anos.

Considerações finais

O público do ensino médio cursado nas modalidades EJA ou regular noturno é marcado pela recente entrada na escola média. Essas pessoas (re)ingressaram (permaneceram) devido às políticas de fomento no período de expansão do ensino médio. Ao ampliar o acesso, esse conjunto de ações de incentivo, amplia também os horizontes de expectativas de jovens das classes populares. Esses, pois os jovens das classes médias e altas já experimentava um regime de transição linear da escola para o trabalho, bem como seus processos de socialização juvenil mediados pela escola.

Quando vimos os dados PNAD e Censo, fica aparente que quando interseccionamos as informações por sexo e raça, mulheres negras (pardas e pretas) são a maioria da população que cursa a EJA e o noturno. Disso podemos inferir que, como um grupo posicionado com menores vínculos às instituições - pela ampla literatura que estuda a mulher negra-, que o fomento da expansão as abriga na escola, mas ainda nas margens: na EJA e no noturno; e que a reforma do ensino médio ao desconsiderar ambas as modalidades que cobrem quase 40% da totalidade, está excluindo por invisibilidade esses estudantes. Melhor dizendo, essas estudantes negras das classes populares.

Logo, reconsiderar a reforma com uma pauta inclusiva e tendo como partícipes os sujeitos que fazem a escola, para além da discussão dos itinerários formativos, é reconsiderar uma política educacional, laboral e social localizada para a mulher negra, impactando diretamente toda a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Básica 2016**: Resumo técnico. Brasília: INEP, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a **Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**. Diário

Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Seção 1, p. 1.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2018. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos aspectos relativos à duração, carga horária mínima anual, organização e funcionamento.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 fev. 2018. Seção 1, p. 18-20.

CORTI, A. P. **Política e significantes vazios: uma análise da reforma do Ensino Médio de 2017.** Educação em Revista, v. 35, p. 1-20, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-4698201060>

FERRETI, C. J.; SILVA, M. R. Reforma do Ensino Médio no contexto da medida provisória 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404, 2017. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017176607>

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018. <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180028>

FRIGOTTO, G.; MOTTA, V. C. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, 2017. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017176606>

GUIMARÃES, N. A. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005. p. 149-174.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2019**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/microdados>. Acesso em: 18 abr. 2023.

LEÃO, G. O que os jovens podem esperar da reforma do ensino médio brasileiro?. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-23, 2018. <https://doi.org/10.1590/0102-4698177494>

MADEIRA, F. R. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p. 139-170.

SILVA, M. R. **A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso.** Educação em Revista, v. 34, p. 1-15, 2018. <https://doi.org/10.1590/0102-4698214130>